

PROTOCOLO DO PREGÃO PRESENCIAL 48/2015

SOLICITAMOS QUE PARA EFEITO DE CONTROLE NOS SEJA TRANSMITIDO VIA FAX OU EMAIL OS DADOS ABAIXO:

EMPRESA:

ENDEREÇO:

CIDADE:

TELEFONE:

CONTATO:

E-MAIL:

FAX (15) 3459-9999 ramal 245

E-MAIL: licitacoes@ipero.sp.gov.br

OBS: CASO NÃO SEJA ENVIADO O PROTOCOLO DE RETIRADA DO EDITAL DEVIDAMENTE PREENCHIDO, NÃO SERÁ INFORMADO SOBRE QUALQUER ALTERAÇÃO DO MESMO.

TODAS AS DÚVIDAS REFERENTE AO EDITAL DEVERÃO SER PROTOCOLADAS NO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO.

**EDITAL DE PREGÃO (PRESENCIAL) PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2015
OBJETIVANDO A COMPRA DE BENS (ENTREGA PARCELADA).**

REQUISITANTE: SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVIÇOS MUNICIPAIS

OBJETO: Aquisição de Conjunto de Iluminação Pública com mão de Obra.

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM

DATA DA REALIZAÇÃO: 15/10/2015

HORÁRIO: A PARTIR DAS 09:00

LOCAL: AVENIDA SANTA CRUZ Nº 355 - JD. SANTA CRUZ - IPERÓ – SP - PAÇO MUNICIPAL

01- PREÂMBULO

VANDERLEI POLIZELI, Prefeito Municipal de Iperó, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO (Presencial) para Registro de Preços - do tipo menor preço por item, objetivando a “Aquisição de Conjunto de Iluminação Pública com mão de Obra”, pelo período de 12 meses, que será regida pela **Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decretos Municipais nº 619 de 09 de maio de 2005, Decreto Municipal nº 886 de 07 de janeiro de 2009, (alterado pelo Decreto nº 984/2010)**, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, as disposições da **Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, (alterada pelas Leis 8.883/94 e 9.648/98)**, e pela **Portaria nº 310, de 11 de junho de 2015**, além das demais normas regulamentares aplicáveis à espécie. As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante. Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no endereço acima mencionado, na sessão pública de processamento do Pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame. A sessão de processamento do Pregão será realizada na Prefeitura Municipal de Iperó, à Avenida Santa Cruz, nº 355, Jardim Santa Cruz, na cidade de Iperó - SP, iniciando-se no dia **15/10/2015, às 09:00** e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

02- DO OBJETO

2.1- A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para “Aquisição de Conjunto de Iluminação Pública com mão de Obra.”, relacionados no Anexo I, observadas as especificações ali estabelecidas, visando aquisições futuras pelas secretarias relacionadas no Anexo X.

3- DA PARTICIPAÇÃO:

3.1 - Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem as condições de credenciamento constantes deste Edital.

4 - DO CREDENCIAMENTO

4.1 - Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) Tratando-se de representante legal, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

b) Tratando-se de procurador, a procuração por instrumento público ou particular, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga.

4.2 - O representante legal ou o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

4.3 - Será admitido apenas **1 (um)** representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.

4.4 - A ausência do Credenciado, em qualquer momento da sessão, importará na imediata exclusão da licitante por ele representada, salvo em caso de autorização expressa do Pregoeiro.

5- DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1- A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação de acordo com modelo estabelecido no Anexo IV deste Edital deverá ser apresentada **FORA** dos Envelopes nº 1 e 2.

5.2- A declaração de microempresa ou empresas de pequeno porte visando ao exercício da preferência prevista na Lei Complementar nº 123/06, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no Anexo VIII deste Edital, e apresentada **FORA** dos envelopes nº 01(Proposta) e no nº 02 (Habilitação).

5.3- A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 02 envelopes não transparentes, fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ
PREGÃO PRESENCIAL (ATA DE REGISTRO DE PREÇOS) Nº 048/2015
PROCESSO Nº 093/2015
(razão ou denominação social e endereço do licitante)

ENVELOPE Nº 02 – “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ
PREGÃO PRESENCIAL (ATA DE REGISTRO DE PREÇOS) Nº 048/2015
PROCESSO Nº 093/2015
(razão ou denominação social e endereço do licitante)

5.4- A proposta deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, digitado através de meio mecânico ou eletrônico, com suas páginas numeradas seqüencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, juntando-se a procuração.

5.5- Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Tabelião de Notas ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio.

6 - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE PROPOSTA

6.1 - A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:

a) Nome, endereço, CNPJ e inscrição estadual;

- b) Número do processo e do Pregão;
- c) Descrição do objeto da presente licitação, com a indicação da procedência, marca e modelo do produto cotado, em conformidade com as especificações do folheto descritivo – Anexo I deste Edital;
- d) Preço unitário e total, por item, em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.
- e) Prazo de validade da proposta de no mínimo 60 dias.

6.2 - Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação;

6.3 - Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.

6.4 - O preço ofertado permanecerá fixo e irrevogável.

7 - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE “DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO”

7.1 - O Envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os documentos a seguir relacionados, referente a:

7.2 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;
- c) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea “b”, deste subitem;
- d) Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

7.3 - Os documentos relacionados nas alíneas "a" a "d" deste subitem 7.2 não precisarão constar do Envelope “Documentos de Habilitação”, se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.

7.4 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, em relação aos Tributos Estaduais (inscritos e não inscritos) expedidas pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante.

d) Certidão negativa referente aos débitos municipais (valores mobiliários e imobiliários) da sede do licitante.

e) Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede da licitante ou outra prova equivalente, na forma da lei;

f) Certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados.

g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, em cumprimento à Lei nº. 12.440/2011 e à Resolução Administrativa TST nº. 1.470/2011.

h) Prova de regularidade para com o Sistema de Seguridade Social (INSS).

i) Certidão Negativa de Débitos com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

7.4.1 – A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do termo da Ata de Registro de Preços, nos termos da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006.

7.4.2 As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição:

7.4.3 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, a contar da publicação da homologação do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do Município de Iperó, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

7.4.4 A não regularização da documentação, no prazo previsto no item 7.4.3, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, procedendo-se a convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório, nos termos do artigo 4º, inciso XXIII, da Lei nº 10.520/02.

7.5- QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO - FINANCEIRA

a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de expedição não superior a 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de apresentação da proposta.

7.6 - OUTRAS COMPROVAÇÕES

a) Declaração da licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, conforme modelo do Anexo VII;

b) Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração conforme Anexo V.

7.7 - DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

7.7.1- É facultado os licitantes a substituição dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, pelo comprovante de Certificado de Registro Cadastral (CRC) para participar de licitações junto à Administração Direta do Município de Iperó, no ramo de atividade compatível com o objeto do certame, o qual deverá ser apresentado acompanhado dos documentos relacionados nos subitens **7.2; 7.4 e 7.5 deste item 7**, que não tenham sido apresentados para o cadastramento ou, se apresentados, estejam com os respectivos prazos de validade vencidos na data de apresentação das propostas.

7.7.2 - O registro cadastral não substitui os documentos relacionados nos subitens 7.4 e 7.6 deste item 7, devendo ser apresentado por todos os licitantes.

7.7.3 - Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

8 - DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

8.1 - No horário e local indicados no preâmbulo, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame, com duração mínima de 30 (trinta) minutos.

8.2 - Após os respectivos credenciamentos, os licitantes entregarão ao Pregoeiro a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o estabelecido no Anexo IV ao Edital e, em envelopes separados, a proposta de preços e os documentos de habilitação.

8.3 - Iniciada a abertura do primeiro envelope proposta, estará encerrado o credenciamento e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.

8.4 - A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:

a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;

b) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta dos demais licitantes.

8.4.1 - No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.

8.4.2 - Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.

8.5 - As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

a) seleção da proposta de menor preço e as demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela;

b) não havendo pelo menos 3 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 3 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

8.6 - O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

8.7 - A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

8.8 - Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima entre os lances de R\$ 0,01 (um) centavo, aplicável inclusive em relação ao primeiro.

8.8.1 - Havendo empate, será assegurada a preferência de contratação para microempresas e empresas de pequeno porte.

8.8.2 - Entende-se por empate as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

8.9 - A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

8.9.1 - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

8.10 - Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado.

8.11 - O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

8.12 - Após a negociação, se houver o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

8.13 - A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.

8.14 - Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o Envelope nº 2, contendo os documentos de habilitação de seu autor.

8.15 - Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante:

a) substituição e apresentação de documentos, ou

b) verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.

8.16 - A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

8.17 - A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.

8.18 - Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

8.19 - Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

9- DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

9.1 - No final da sessão, a licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 3 (três) dias para apresentação de memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.2 - A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará: a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

9.3 - Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente à autoridade competente.

9.4 - O recurso terá efeito suspensivo para o item respectivo, e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.5 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento e determinará a convocação dos beneficiários para a assinatura da ata de Registro de Preços.

9.6 - A ata de registro de preços será formalizada, com observância das disposições do [Decreto Municipal nº 886/09 e sua alteração Decreto nº 984/2010](#) e será subscrita pela autoridade que assinou/rubricou o edital.

9.7 - A licitante que convocada para assinar a ata deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluída.

9.8 - Colhidas as assinaturas, o departamento responsável providenciará a imediata publicação da ata e, se for o caso, do ato que promover a exclusão de que trata o subitem anterior.

10 – DAS CONTRATAÇÕES

10.1 - Os fornecedores de bens incluídos na Ata de registro de Preços estarão obrigados a celebrar os contratos que poderão advir, nas condições estabelecidas no ato convocatório, nos respectivos anexos e na própria Ata.

10.2 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às

licitações, sendo assegurada ao beneficiário de registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

10.3 - Quando da necessidade de contratação, a Secretaria Participante constante do Anexo II, por intermédio do gestor do contrato por ele indicado, consultará o Órgão Gerenciador para obter a indicação do fornecedor, dos quantitativos a este ainda se encontra obrigado e dos preços registrados.

10.4 - Se, por ocasião da formalização do contrato ou equivalente, as certidões de regularidade de débito da beneficiária perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Secretaria da Receita Federal, a Procuradoria da Fazenda Nacional e a Fazenda Municipal, estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

10.5 - Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a beneficiária será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade de que trata o subitem 10.4 deste item 10, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

10.6 - A beneficiária deverá, no prazo de 2 (dois) dias corridos contados da data da convocação, comparecer na Prefeitura Municipal de Iperó, para assinar o termo de contrato ou retirar o instrumento equivalente.

10.7 - Quando a beneficiária convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular de que trata o subitem 10.4 deste item 10, ou se recusar a assinar o contrato, será convocado às demais licitantes classificadas, para participar de nova sessão pública do Pregão, com vistas à celebração da contratação.

10.8 - Essa nova sessão será realizada em prazo não inferior a 08 (oito) dias úteis, contados da divulgação do aviso.

10.9 - A divulgação do aviso ocorrerá por publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo - DOE.

10.10 - Na sessão, respeitada a ordem de classificação, observar-se-ão as disposições dos itens 8 e 9, deste Edital.

10.11 - O prazo de vigência da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, para a “Aquisição de Conjunto de Iluminação Pública com mão de Obra”, será pelo período de 12 (doze) meses, contados da a partir da data de sua assinatura.

11 - DOS PRAZOS, DA FORMA DE PAGAMENTO

11.1 - O pagamento será efetuado em até **15 (quinze) dias**, contados da apresentação da nota fiscal/fatura emitidas a cada entrega de materiais requisitados, que serão conferidas pelo Departamento responsável.

11.2 - As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá em **15 (quinze) dias** após a data de sua apresentação válida.

11.3 - O objeto desta licitação deverá ser entregue em **10 (dez) dias corridos**, contados a partir da assinatura do contrato (ou do instrumento equivalente, conforme o caso), conforme as condições estabelecidas dos Anexos I e X deste Edital.

11.4- A entrega do objeto desta licitação deve ser feita nos locais indicados no momento da contratação, respeitando o previsto no Anexo X ou conforme requisição (pedido), correndo por conta da contratada as despesas de embalagem, seguro, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

12- DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

12.1 - Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:

a) se relacionada à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-lo em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

b) se relacionado à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b.1) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

13 - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

13.1 - Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e autárquica do Município de Iperó, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

13.2 - A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada juntamente com as multas previstas na Lei Federal 8.666/93, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, e deverá ser registrada no CRC da Prefeitura Municipal de Iperó.

14 - DA GARANTIA CONTRATUAL

14.1 - Não será exigida a prestação de garantia para a contratação resultante desta licitação.

15 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 - As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

15.2 - Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas, a serem assinadas pelo Pregoeiro e pelos licitantes presentes.

15.2.1 - As recusas ou as impossibilidades de assinaturas devem ser registradas expressamente na própria ata.

15.3 - Todos os documentos de habilitação cujos envelopes forem abertos na sessão e as propostas serão rubricado pelo Pregoeiro e pelos licitantes presentes que desejarem.

15.4 - O resultado do presente certame será divulgado no DOE.

5.5 - Os demais atos pertinentes a esta licitação, serão publicados no DOE.

15.6 - Os envelopes contendo os documentos de habilitação das demais licitantes ficarão à disposição para retirada no Paço Municipal de Iperó, após a publicação da Ata de Registro de Preços.

15.7 - Até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar disposições deste Edital, mediante protocolo na Prefeitura Municipal de Iperó.

15.7.1 - Não serão aceitos esclarecimentos, providências ou impugnações via postal, via eletrônica “email” ou fax-simile.

15.7.2 - A petição será dirigida ao Departamento de Licitações, à autoridade subscritora do Edital, que decidirá no prazo de até 1 dia útil anterior à data fixada para recebimento das propostas.

15.7.3 - Acolhida a petição contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame.

15.8 - Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro.

15.9 - Integram o presente Edital:

Anexo I - Folheto descritivo;

Anexo II – Implantação de iluminação pública em rede existente.

Anexo III - Minuta do contrato ou instrumento equivalente.

Anexo IV - Modelo de declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação;

Anexo V - Modelo de declaração de fato impeditivo;

Anexo VI - Modelo de Carta de Credenciamento;

Anexo VII - Modelo de declaração com o Ministério do Trabalho

Anexo VIII - Modelo de Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte

Anexo IX - Minuta de Autorização de Compra;

Anexo X – Secretaria participantes, com indicação dos endereços dos locais de entrega.

15.10 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Boituva.

Iperó, 24 de setembro de 2015.

**FELIPE DE CASTRO CAMPOS
SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO
PRESIDENTE DA CPL**

**ANEXO I
FOLHETO DESCRITIVO**

MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO Nº 048/2015

DATA DE REALIZAÇÃO: 15/10/2015

HORÁRIO: 9:00 horas

LOCAL: Av. Santa Cruz, nº 355 – Jd. Santa Cruz – Iperó – SP Paço Municipal

Quantidade	Descrição	Lâmpadas/ watts	Valor unitário	Valor total
80	Braço médio conforme padrão vigente da concessionária local	150w		
20	Braço longo conforme padrão vigente da concessionária local	250w		

Braço Tipo	Pv±20	Ph±20	L±20	R±20	P±3	C±20	F±5	G±1	H±3	ØD±1
Médio	1740	2369	2442	700	110	428	360	4,2	125	48
Longo	2750	3519	3942	700	110	428	360	4,2	160	48

Materiais:

Tubo de aço SAE 1010 a 1020, com ou sem costura.

Chapa e perfil “U” de aço SAE 1010 a 1020 laminado.

Espessura mínima de parede do tubo de vê ser de 3mm.

Acabamento:

Zincado por imersão a quente com camada mínima de 75 microns.

O braço não deve apresentar achatamento.

Resistência mecânica:

O braço quando submetido ao ensaio de resistência à flexão “F”, deve obedecer a seguinte tabela:

Resistência a flexão (valores máximos)				
Cargas Aplicadas	Flecha máxima (mm)		Flecha residual (mm)	
	Braço médio	Braço longo	Braço médio	Braço longo
5	15	-----	2	-----
15	45	-----	5	-----
25	75	210	10	25

Observação: O valor da flecha deve ser medido após ter sido aplicado o esforço, no mínimo durante 5 minutos. Para a obtenção da flecha residual deve ser aplicada o esforço indicado durante 10 minutos.

Identificação:

Na peça deve ser estampado de forma legível e indelével, no mínimo nome ou marca do fabricante e mês/ano de fabricação.

OBJETO- Objetivo deste projeto básico é descrever todos os critérios exigidos para execução de serviços de implantação de braços de luminária e extensão de rede de energia, incluindo a elaboração de projetos executivos elétricos e luminotécnicos, apresentação de A.R.Ts, aprovação dos croquis junto a CPFL (companhia Piratininga de força e luz) e cadastro no sistema de iluminação pública do município de IPERÓ, composto de 100 pontos de iluminação, incluindo o fornecimento integral de materiais necessários.

TERMINOLOGIA- No conjunto de documentos que compõem as instruções foram adotados os seguintes termos técnicos e abreviações:

SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA- OU PARQUE INSTALADO- é o conjunto de todos elementos que compõem os circuitos elétricos de iluminação pública, desde o ponto de conexão com a rede de distribuição de energia elétrica da concessionária, até a lâmpada.

IP- abreviatura de Iluminação Pública.

UNIDADE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA- OU UNIDADE DE IP- OU PONTO DE IP- é o conjunto formado pelos condutores e elementos do sistema de controle e proteção, que alimentam e protegem eletricamente, uma ou mais unidades de IP.

REDE DE IP- é o conjunto de circuitos que formam o sistema de iluminação pública.

PROJETOS EXECUTIVOS ELÉTRICOS OU LUMINOTÉCNICOS VIÁRIOS- consiste na elaboração de projeto elétrico e luminotécnico, incluindo desenhos, memorial descritivo, e relação de materiais e serviços, para iluminação de vias.

UNIDADE DO TIPO DE ALIMENTAÇÃO AÉREA- é o conjunto formado por um projetor ou por uma luminária instalada em ponta de braço de até 5m de comprimento, em estrutura pertencente ou não à concessionária e alimentada por rede aérea.

CIRCUITO PARA ALIMENTAÇÃO DAS UNIDADES DO TIPO DE ALIMENTAÇÃO AÉREA.

Redes alimentadas a partir de rede de baixa tensão da concessionária, para atender um grupo de unidades de IP, comandadas por chaves magnéticas acionadas por relé fotoelétrico (COMANDO EM GRUPO).

Unidades alimentadas diretamente da rede de baixa de tensão da concessionária e acionada por rele fotoelétrico (COMANDO INDIVIUAL).

O SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE IPERÓ- O sistema de iluminação pública do município de Iperó, no que tange a iluminação do sistema viário, está, em sua maior parte, adota luminárias abertas ou fechadas, conforme padrão CPFL. A maioria de circuitos tem comando em

grupo, através de chaves magnéticas equipadas com relés fotoelétricos e as demais unidades são comandadas por relés fotoelétricos individuais.

FISCALIZAÇÃO- O município de Iperó exercerá ampla fiscalização da contratada através de equipe de funcionários com autoridade para exercer, em seu nome, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização dos serviços e elaboração de projetos elétricos e luminotécnicos. A contratada deverá submeter à aprovação da contratante, relatório dos materiais serviços efetivamente aplicados no sistema de iluminação pública.

GARANTIA- Todos os serviços executados e materiais fornecidos deverão ser garantidos no mínimo 06 (seis) meses contados da entrada em funcionamento. Os materiais a serem utilizados deverão atender às especificações constantes nas instruções e na proposta da Contratada.

DESCRIÇÃO DO MATERIAL

RELÉ FOTO ELÉTRICO- Tipo de acionamento interno: termino, magnético ou eletrônico -220v cap.:1800VA. Contatos: NF (normalmente fechados). Sensibilidade: Liga- a 12lux/ desliga- 10 a 60lux. – Envelope: policarbonato ou material equivalente estabilizado contra radiação ultravioleta e resistente a intempéries. Suporte de montagem: em resina fenólica tipo “baquelite” ou material equivalente. Encaixe deve ter os contatos de latão ou material equivalente rigidamente fixado. Fixação e vedação: o suporte de montagem deve ser preso ao envelope, através de parafusos de aço galvanizado ou metal (liga) não ferroso, exceto alumínio, com vedação de espuma de borracha ou material equivalente.

BRAÇOS PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA- Material: tubo de aço carbono. Dimensões: norma ABNT NBR 8159. Zincada por imersão a quente, conforme NBR-6323 e SAE 1010 e 1020, sem imperfeições ou achatamento, isentas de rebarbas e cantos vivos. Gravação na peça do nome ou marca registrada do fabricante de forma legível. Furos de 15 e 25mm poderão tangenciar a parte interna do tubo, na parte inferior e deverão ser isentos de quinas vivas ou rebarbas.

CONDUTORES ISOLADOS DE BAIXA TENSÃO- Material: tubo de aço carbono. Dimensões: norma ABNT NBR 8159. Zincada por imersão a quente, conforme NBR-6323 e SAE 1010e 1020, sem imperfeições ou achatamento, isenta de rebarbas e cantos vivos. Gravação na peça do nome ou marca registrada do fabricante de forma legível. Furos de 15 e 25mm poderão tangenciar a parte interna do tubo, na parte inferior e deverão ser isentos de quinas vivas ou rebarbas.

CONDUTORES ISOLADOS DE BAIXA TENSÃO- Cabo multiplexado para instalação de redes aéreas de distribuição secundária para IP e entradas de serviços. Condutor em alumínio 1350, temperas H12 ou H19, resistência à tração mínima de 105 MPA (H19), encordoamento redondo compacto. Isolação: Constituída por polietileno termoplástico (PE), classe térmica 70°C ou por composto termofixo de polietileno reticulado (XLPE), classe térmica 90°. Condutor Neutro: cabo de alumínio não isolado, CA (alumínio 1350 H12 ou H19). Isolamento 0,6/1kV.

CINTAS DE FIXAÇÃO- Cinta circular em aço carbono 250 a 400mm, para poste circular com zincagem por imersão a quente conforme NBR 7414 e 6323 e SAE.

PARAFUSO- Parafuso cabeça francesa M16 X 70mm, para fixação de cinta perfurada em poste circular de concreto.

CABO ISOLADO- Cabo de cobre isolado 750v 2x1,50mm², para conexão das luminárias na rede de energia.

LAMPADAS- Vapor de sódio 150w e 250w.

CONECTORES TIPO CUNHA- Conector em liga de cobre estanhado, autotravante composto por um tipo “C” e uma cunha que mantenha a conexão elétrica eficiente por pressão mecânica. Os conectores devem ser fornecidos com pasta anti-óxido suficiente para a execução das conexões em alumínio.

CONECTORES PARA REDE SECUNDARIA- Conector isolado que perfura o isolamento dos condutores aos quais é aplicado e faz a conexão simultânea dos mesmos (condutor principal e derivação), através e um sistema limitador de torque do seu parafuso de aperto, o que assegura uma correta conexão.

LUMINARIAS- Luminária com base e tampa em alumínio injetado. Acesso ao conjunto óptico, ao alojamento para equipamentos auxiliares e ao sistema de instalação. Acoplamento em alumínio injetado a alta pressão. Fixação da luminária em braços com Ø 48,3 a 60,3mm. Conjunto óptico composto por refletor, lente de vidro e alojamento do porta-lampada. Selagem do vidro ao refletor através de junta de vedação no alojamento do porta-lampada. Refletor em alumínio com alto grau de pureza, polido, anodizado e selado. Lente de fechamento em vidro temperado plano ou policurvo. Alojamento do porta-lampada em polímero reforçado com fibra de vidro. Porta-lampada em porcelana E-40. Chassi para fixação dos acessórios. Grau de proteção do conjunto óptico IP-66 e do porta-equipamento IP-65. Para lâmpadas vapor de sódio tubular 33W a 400W, vapor metálico tubular 250W e 400W ou vapor de sódio/metálico/ovoide 250W.

REATORES/IGNITORES- Reatores para lâmpadas vapor de sódio e vapor metálico em chapa com zincagem classe B (6 dimensões). Encapsulamento em resina poliéster. Tampa fixada ao envelope por meio de parafusos, de material resistente à corrosão, possui juntas de vedação resistentes à temperatura e intempéries. Capacitor: quando necessário corrigir o fator de potencia, os capacitores deverão ser de polipropileno metalizado e instalado dentro do envelope mas externamente ao enchimento de resina. Deve ser tipo descartável, de forma que facilite a sua reposição. As ligações ao circuito elétrico devem ser por meio de conectores terminais e emendas pré-isoladas, tipo descontentável. Os capacitores devem ser para 250W e suportar uma elevação de temperatura de 80°C em relação à temperatura ambiente de 35°C. Ignitor: quando for necessário utilizar ignitores, os mesmos devem ser instalados de forma idêntica à dos capacitores. Grau de proteção: IP55. Tensão nominal: 220V, 60Hz. Potencia: de acordo com lâmpada que irá acionar.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- São obrigações da contratada:
- Manter instalações adequadas para execução do contrato, conforme especificado.
- Dirigir tecnicamente os serviços de obras, executando com rigorosa observância ao estabelecido nas instruções, bem como na forma da lei, respeitando as recomendações das Normas Técnicas Brasileiras, das Normas Técnicas da Concessionária e o Código de Obras do Município, assumindo a responsabilidade civil por qualquer erro ou imperícia.
- Coordenar a execução do objeto do contrato, acatar as determinações do Município e prestar informações sempre que solicitado.
- Observar com rigor as leis trabalhistas, previdenciárias e secundarias e facultar ao Município fiscalização da exata observância da legislação específica por parte da CONTRATADA.
- Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos pessoais ou materiais que, em razão da execução dos serviços, venham a ser causados ao Município ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos.
- Reembolsar a CPFL Piratininga quaisquer danos aos materiais, equipamentos ou ao seu patrimônio durante a execução dos serviços.
- Fornecer toda a mão de obra, ferramental, equipamentos e materiais necessários à execução dos serviços.

- Responsabilizar-se pelo seguro de seu pessoal, das suas instalações, edificações e todos os equipamentos e veículos que utilizar na execução do serviço.
- Serão de responsabilidade da CONTRATADA todos os encargos, ônus e despesas relativas ao fornecimento, transporte, seguro e manutenção de todos os equipamentos e materiais necessários à execução dos serviços do sistema de iluminação pública.
- Providenciar equipamentos de segurança individuais e coletivos necessários à segurança na execução dos trabalhos, observando as normas de Segurança do Trabalho.
- Sinalizar, com equipamento adequado, conforme as normas da CPFL Piratininga e de acordo com as exigências do código nacional de trânsito, os locais onde estiverem sendo executados os serviços.
- Utilizar somente pessoal comprovadamente habilitado para todos os serviços técnicos e administrativos.
- Manter seus empregados identificados e uniformizados.
- Identificar seus veículos através de adesivos nas laterais com dizeres: A SERVIÇO DO MUNICÍPIO DE IPERÓ.

SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Considerando que o sistema de iluminação pública está instalado em redes de distribuição de energia elétrica da concessionária CPFL Piratininga, deverá a CONTRATADA obedecer rigorosamente às normas de operação e de segurança em rede de energia elétrica.

A CONTRATADA se responsabiliza pela obtenção de autorização para entrar no sistema de distribuição da CPFL Piratininga, solicitando com devida antecedência os desligamentos, quando necessário e respeitando os prazos impostos pela concessionária.

A CONTRATADA se obriga a informar à concessionária, todas as intervenções no sistema de distribuição que possam determinar mudanças no diagrama unifilar e na operação das redes de distribuição.

A CONTRATADA deverá elaborar relatório dos serviços realizados.

A CONTRATADA deverá registrar o presente contrato no CREA e encaminhá-lo ao município, com cópia da anotação de responsabilidade técnica, juntada à nota fiscal/fatura de serviço.

Prazo de vigência: período de 12 (doze) meses

Validade da Proposta: 60 dias

Local de Entrega do Produto: (Conforme requisição).

Iperó 24 de setembro de 2015.

**FELIPE DE CASTRO CAMPOS
SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO
PRESIDENTE DA CPL**

ANEXO II

IMPLANTAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM REDE EXISTENTE

Local:

Data da instalação:

Empresa Responsável Pela Execução:

CREA Empresa:

Responsável Técnico:

ART:

CREA:

Telefone:

E-mail:

Considerações Iniciais:

Em cumprimento à resolução 414 da ANEEL de 09/09/2010, este documento refere-se ao memorial Descritivo para pedido de instalação de conjunto de Iluminação Pública padrão da concessionária local, em rede secundária existente.

Objetivo:

1. Implantação de 01 conjunto(s) de Iluminação Pública padrão em rede existe, a serem instalados na rede da concessionária no endereço acima descrito, no dia xx/xx/xx O conjunto de Iluminação Pública é composto de luminária integrada com kit removível, lâmpada vapor de sódio de 150 w, braço médio e acessórios para fixação, CS150i- utilizando reator e fator potencia igual a tabela I do item 6.4 da GED 3670-2012.

2. Procedimentos para empresas prestadoras de serviços:

O responsável pela empreitada de obra, bem como o tomador de serviço, deve assegurar o cumprimento das diretrizes básicas de segurança do trabalho estabelecidas na orientação técnica- GED nº 15384 – Diretrizes de segurança e saúde do trabalho para aproximação ou intervenção nas redes das distribuidoras.

3. Responsabilidades:

A CPFL disponibiliza á prefeitura de Iperó, toda informação técnica e necessária para elaboração do projeto de instalação, substituição ou alteração.

Cabe a prefeitura de Iperó, atender e se responsabilizar pelas atribuições que lhe forem delegadas na carta resposta da distribuidora.

ANEEL- Resolução 414 de 09 de setembro de 2010.

NBR 5101- Iluminação Pública.

NBR 13593/2011 – Reator Ignitor Para Lâmpada Vapor de Sódio a Alta Pressão – Especificações e Ensaios.

CPFL – GED 3670 – Projeto de Iluminação Pública.

CPFL - GED 2583 – Iluminação Pública- Braço Médio e Longo.

CPFL – GED 4245 – Iluminação Pública – Luminária Integrada com Kit Removível (reator, ignitor e capacitor).

CPFL – GED 2586 – Iluminação Pública – Lâmpadas Vapor de Sódio a Alta Pressão.

CPFL – GED 5151 – Fornecedores de materiais de Iluminação Pública.

Engenheiro eletricista
Projetista/Executor

Depto. De Engenharia
Setor de Elétrica
Prefeitura Municipal de Iperó

**ANEXO III
MINUTA DE CONTRATO
PREGÃO Nº 048/2015**

TERMO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº **048/2015**
DATA DA REALIZAÇÃO: 15/10/2015
HORÁRIO: **09:00**

Pelo presente instrumento, de um lado PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ, CNPJ 46.634.085/0001-60, com sede à Av. Santa Cruz, 355, Iperó/SP, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. XXXXXXXXXXXXX, RG XXXXXXXXXXX, residente e domiciliado a XXXXXXX, Nº XXXXXX, Bairro XXXXXXXXXXX, Iperó/SP, denominada simplesmente CONTRATANTE, de outro lado à empresa XXXXXXXXXXXXX, CNPJ XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, estabelecida a XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato por seu representante legal XXXXXXXXXXX, RG XXXXXXXXXXX, CPF XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, formalizam entre si o presente ajuste, que visa a, através de licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS**, com integral sujeição às normas consubstanciadas na Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 619, de 18 de maio de 2005, Lei Federal nº 8.666, de 23 de junho de 1993, e suas alterações e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie e as seguintes cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

- A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para Aquisição de Conjunto de Iluminação Pública com mão de Obra, relacionados no Anexo I, observadas as especificações ali estabelecidas, visando aquisições futuras pelas secretarias relacionadas no Anexo II.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO

- O objeto desta licitação deverá ser entregue em **10 (dez) dias corridos**, contados a partir da assinatura do contrato (ou retirada do instrumento equivalente, conforme o caso), conforme as condições estabelecidas dos Anexos I, II e X deste Edital.

- A entrega do objeto desta licitação deverá ser feita nos locais indicados no momento da contratação, respeitando o previsto no Anexo X, correndo por conta da contratada as despesas de embalagem, seguro, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

- Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

b) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b.1) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

- O pagamento será efetuado em até **15 (quinze) dias**, contados da apresentação da nota fiscal/fatura emitidas a cada entrega de materiais requisitados, que serão conferidas pelo Departamento responsável.
- As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá em **15 (quinze) dias** após a data de sua apresentação válida.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O prazo da vigência da Ata de Registro de Preços o período de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura da mesma.

CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR DO CONTRATO

O Valor do presente contrato é de R\$ _____ (_____) e onerará recursos orçamentários no sub-elementos econômicos nº _____.

Parágrafo Único - O preço ofertado permanecerá fixo e irrevogável.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

Além das obrigações constantes em cláusulas próprias deste contrato, do Edital de Pregão Presencial de nº 048/2015 e seus anexos, em especial as definidas nos diplomas federais e municipais sobre as licitações, cabe a CONTRATADA:

- 1- Designar, por escrito, o funcionário responsável para resoluções de eventuais ocorrências durante a execução deste contrato, relativos aos recebimentos dos bens adquiridos;
- 2- Zelar pela fiel execução deste contrato, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários;
- 3- Responder pelos encargos trabalhista, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução deste contrato, nos termos do artigo 71 da Lei Federal nº 8.666/93;
- 4- Atender prontamente qualquer reclamação, exigência ou observações realizadas pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

Sem prejuízo do integral cumprimento de todas as obrigações decorrentes das disposições deste contrato, cabe ao CONTRATANTE:

Indicar formalmente o funcionário responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução deste contrato;

Prestar à CONTRATADA as informações e esclarecimentos necessários que eventualmente venham a ser solicitados.

CLÁUSULA NONA – DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A CONTRATADA não poderá subcontratar total ou parcialmente o objeto deste contrato, bem como cedê-lo ou transferi-lo no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO DA QUANTIDADE DOS BENS CONTRATADOS

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários ao objeto, a critério exclusivo do CONTRATANTE, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLENTO

- Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e autárquica do Município de Iperó, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e Decreto Municipal nº 619/2005.

- A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada juntamente com as multas previstas na Lei Federal 8.666/93, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, e deverá ser registrada no CRC da Prefeitura Municipal de Iperó.

§ 1º - As multas são autônomas e aplicação de uma não exclui a outra.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO E RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DO CONTRATANTE

Este contrato poderá ser rescindido na forma, pelos motivos e com as consequências previstas no artigo 75 e 82 da Lei Estadual 6.544/89, e artigos 77 a 80, e 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas atualizações.

Parágrafo Único – A CONTRATADA reconhece, desde já, os direitos da CONTRATANTE, nos casos de rescisão administrativa, prevista no artigo 79 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas atualizações e artigo 77 da Lei Estadual 6.544/89.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Fica ajustado ainda que:

1- Consideram-se partes integrantes do presente contrato, como se nele estive transcritos:

a) O Edital de Pregão Presencial de nº 048/2015

b) A proposta apresentada pela CONTRATADA;

2 – Aplicam-se as omissões deste contrato as disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002; Decreto Municipal nº 886 de 07 de janeiro de 2009; Lei Federal nº 8.666, de 23 de junho de 1993, e suas atualizações; e demais normas regulamentares aplicáveis a espécie.

3 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente a Comarca de Boituva Estado de São Paulo.

Iperó, ____ de _____ de ____

Contratante

Contratada

Testemunha 01

testemunha 02

ANEXO IV

(Declaração de Pleno Atendimento dos Requisitos da Habilitação)

EDITAL DE PREGÃO (PRESENCIAL) nº **048/2015**
DATA DA REALIZAÇÃO: **15/10/2015**
HORÁRIO: **09:00**

MODELO

Eu, (**nome completo**), representante legal da empresa (**nome da pessoa jurídica**), interessada em participar no processo licitatório na modalidade Pregão Presencial de nº 048/2015, da Prefeitura Municipal de Iperó, declaro sob as penas da Lei, que a (**Nome da pessoa jurídica**) atende a todos os requisitos solicitados no presente Edital e seus Anexos referentes à sua habilitação.

....., de de

Assinatura do representante legal
(com carimbo da empresa)

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

“DECLARAÇÃO”

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ
At. - Comissão de Licitações

Ref.: Processo n.º 093/2015 - Pregão n.º 048/2015

(Razão Social da Empresa), estabelecida na ...(endereço completo)...., inscrita no CNPJ sob n.º , neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que inexistente qualquer fato impeditivo a sua participação na licitação citada, que **não foi declarada inidônea** e que **não está suspensa de participar em processos de licitação ou impedida de contratar com a Prefeitura Municipal de Iperó**, e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes.

Por ser verdade assina a presente,

..... de de 2015.

Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador
N.º do documento de identidade

ANEXO - VI

MODELO DE CARTA CREDENCIAL

Ref: PREGÃO Nº _____/15

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ

Pelo presente, designamos o Senhor (a) _____, portador do R.G. nº _____ para nosso representante credenciado a responder por esta empresa junto a V. Sas. em tudo o que se fizer necessário durante os trabalhos de abertura, exame, habilitação, classificação e interposição de recursos, relativamente à documentação de habilitação e às propostas apresentadas para fins de participação na licitação em referência.

_____, ____ de _____ de 2015.

Assinatura do Responsável pela Empresa

Assinatura do Representante

ANEXO VII

DECLARAÇÃO MINISTÉRIO DO TRABALHO

MODELO (em papel timbrado da empresa)

Eu
(nome completo), representante legal da empresa (nome da pessoa jurídica), interessada em participar no Pregão nº 048/2015, da Prefeitura Municipal de Iperó, declaro sob as penas da lei, que, nos termos do parágrafo 6º, do artigo 27, da Lei nº 6544, de 22 de novembro de 1989, a (nome da pessoa jurídica) encontra-se em situação regular perante o Ministério de Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal.

Local, _____ de _____ de 2015.

Representante legal
(com carimbo da empresa)

ANEXO VIII

PROCESSO N.º 093/2015 - PREGÃO N.º 048/2015

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa _____ (denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº _____ é Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 cujo termo declara conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório do Pregão Presencial nº 048/2015, realizado pelo Município de Iperó, Estado de São Paulo.

Local e Data.

Nome do representante

RG nº:

ANEXO IX

**MINUTA DE AUTORIZAÇÃO DE COMPRA
(SOMENTE AUTORIZADO COM NOTA DE EMPENHO DE DESPESA)**

Artigo 62 da Lei 8666/93

Processo nº 093/2015

PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2015

DATA DA REALIZAÇÃO: 15/10/2015

HORÁRIO: 9:00

REQUISITANTE: SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVIÇOS MUNICIPAIS.

BENEFICIÁRIO:

CNPJ:

TELEFONE:

Pedido de autorização nº:

SOLICITAMOS A PROVIDÊNCIA PARA ENTREGA DO(S) SEGUINTE(S) MATERIAL(S):

OBJETO- Objetivo deste projeto básico é descrever todos os critérios exigidos para execução de serviços de implantação de braços de luminária e extensão de rede de energia, incluindo a elaboração de projetos executivos elétricos e luminotécnicos, apresentação de A.R.Ts, aprovação dos croquis junto a CPFL (companhia Piratininga de força e luz) e cadastro no sistema de iluminação pública do município de IPERÓ, composto de 100 pontos de iluminação, incluindo o fornecimento integral de materiais necessários.

TERMINOLOGIA- No conjunto de documentos que compõem as instruções foram adotados os seguintes termos técnicos e abreviações:

SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA- OU PARQUE INSTALADO- é o conjunto de todos elementos que compõem os circuitos elétricos de iluminação pública, desde o ponto de conexão com a rede de distribuição de energia elétrica da concessionária, até a lâmpada.

IP- abreviatura de Iluminação Pública.

UNIDADE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA- OU UNIDADE DE IP- OU PONTO DE IP- é o conjunto formado pelos condutores e elementos do sistema de controle e proteção, que alimentam e protegem eletricamente, uma ou mais unidades de IP.

REDE DE IP- é o conjunto de circuitos que formam o sistema de iluminação pública.

PROJETOS EXECUTIVOS ELETRICOS OU LUMINOTECNICOS VIARIOS- consiste na elaboração de projeto elétrico e luminotecnico, incluindo desenhos, memorial descritivo, e relação de materiais e serviços, para iluminação de vias.

UNIDADE DE TIPO DE ALIMENTAÇÃO AEREA- é o conjunto formado por um projetor ou por uma luminária instalada em ponta de braço de até 5m de comprimento, em estrutura pertencente ou não à concessionária e alimentada por rede aérea.

CIRCUITO PARA ALIMENTAÇÃO DAS UNIDADES DO TIPO DE ALIMENTAÇÃO AEREA.

Redes alimentadas a partir de rede de baixa tensão da concessionária, para atender um grupo de unidades de IP, comandadas por chaves magnéticas acionadas por relé fotoelétrico (COMANDO EM GRUPO).

Unidades alimentadas diretamente da rede de baixa de tensão da concessionária e acionada por relé fotoelétrico (COMANDO INDIVIDUAL).

O SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE IPERÓ- O sistema de iluminação pública do município de Iperó, no que tange a iluminação do sistema viário, está, em sua maior parte, adota luminárias abertas ou fechadas, conforme padrão CPFL. A maioria de circuitos tem comando em grupo, através de chaves magnéticas equipadas com relés fotoelétricos e as demais unidades são comandadas por relés fotoelétricos individuais.

FISCALIZAÇÃO- O município de Iperó exercerá ampla fiscalização da contratada através de equipe de funcionários com autoridade para exercer, em seu nome, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização dos serviços e elaboração de projetos elétricos e luminotécnicos. A contratada deverá submeter à aprovação da contratante, relatório dos materiais serviços efetivamente aplicados no sistema de iluminação pública.

GARANTIA- Todos os serviços executados e materiais fornecidos deverão ser garantidos no mínimo 06 (seis) meses contados da entrada em funcionamento. Os materiais a serem utilizados deverão atender às especificações constantes nas instruções e na proposta da Contratada.

DESCRIÇÃO DO MATERIAL

RELÉ FOTO ELÉTRICO- Tipo de acionamento interno: termino, magnético ou eletrônico -220v cap.:1800VA. Contatos: NF (normalmente fechados). Sensibilidade: Liga- a 12lux/ desliga- 10 a 60lux. – Envelope: policarbonato ou material equivalente estabilizado contra radiação ultravioleta e resistente a intempéries. Suporte de montagem: em resina fenólica tipo “baquelite” ou material equivalente. Encaixe deve ter os contatos de latão ou material equivalente rigidamente fixado. Fixação e vedação: o suporte de montagem deve ser preso ao envelope, através de parafusos de aço galvanizado ou metal (liga) não ferroso, exceto alumínio, com vedação de espuma de borracha ou material equivalente.

BRAÇOS PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA- Material: tubo de aço carbono. Dimensões: norma ABNT NBR 8159. Zincada por imersão a quente, conforme NBR-6323 e SAE 1010 e 1020, sem imperfeições ou achatamento, isentas de rebarbas e cantos vivos. Gravação na peça do nome ou marca registrada do fabricante de forma legível. Furos de 15 e 25mm poderão tangenciar a parte interna do tubo, na parte inferior e deverão ser isentos de quinhas vivas ou rebarbas.

CONDUTORES ISOLADOS DE BAIXA TENSÃO- Material: tubo de aço carbono. Dimensões: norma ABNT NBR 8159. Zincada por imersão a quente, conforme NBR-6323 e SAE 1010e 1020, sem imperfeições ou achatamento, isenta de rebarbas e cantos vivos. Gravação na peça do nome ou marca registrada do fabricante de forma legível. Furos de 15 e 25mm poderão tangenciar a parte interna do tubo, na parte inferior e deverão ser isentos de quinhas vivas ou rebarbas.

CONDUTORES ISOLADOS DE BAIXA TENSÃO- Cabo multiplexado para a instalação de redes aéreas de distribuição secundária para IP e entradas de serviços. Condutor em alumínio 1350, temperas H12 ou H19, resistência à tração mínima de 105 MPA (H19), encordoamento redondo compacto. Isolação: Constituída por polietileno termoplástico (PE), classe térmica 70°C ou por composto termofixo de polietileno reticulado (XLPE), classe térmica 90°. Condutor Neutro: cabo de alumínio não isolado, CA (alumínio 1350 H12 ou H19). Isolamento 0,6/1kV.

CINTAS DE FIXAÇÃO- Cinta circular em aço carbono 250 a 400mm, para poste circular com zincagem por imersão a quente conforme NBR 7414 e 6323 e SAE.

PARAFUSO- Parafuso cabeça francesa M16 X 70mm, para fixação de cinta perfurada em poste circular de concreto.

CABO ISOLADO- Cabo de cobre isolado 750v 2x1,50mm², para conexão das luminárias na rede de energia.

LAMPADAS- Vapor de sódio 150w e 250w.

CONECTORES TIPO CUNHA- Conector em liga de cobre estanhado, autotravante composto por um tipo “C” e uma cunha que mantenha a conexão elétrica eficiente por pressão mecânica. Os conectores devem ser fornecidos com pasta anti-óxido suficiente para a execução das conexões em alumínio.

CONECTORES PARA REDE SECUNDARIA- Conector isolado que perfura o isolamento dos condutores aos quais é aplicado e faz a conexão simultânea dos mesmos (condutor principal e derivação), através e um sistema limitador de torque do seu parafuso de aperto, o que assegura uma correta conexão.

LUMINARIAS- Luminária com base e tampa em alumínio injetado. Acesso ao conjunto óptico, ao alojamento para equipamentos auxiliares e ao sistema de instalação. Acoplamento em alumínio injetado a alta pressão. Fixação da luminária em braços com Ø 48,3 a 60,3mm. Conjunto óptico composto por refletor, lente de vidro e alojamento do porta-lampada. Selagem do vidro ao refletor através de junta de vedação no alojamento do porta-lampada. Refletor em alumínio com alto grau de pureza, polido, anodizado e selado. Lente de fechamento em vidro temperado plano ou policurvo. Alojamento do porta-lampada em polímero reforçado com fibra de vidro. Porta-lampada em porcelana E-40. Chassi para fixação dos acessórios. Grau de proteção do conjunto óptico IP-66 e do porta-equipamento IP-65. Para lâmpadas vapor de sódio tubular 33W e 400W, vapor metálico tubular 250W e 400W ou vapor de sódio/metálico/ovoide 250W.

REATORES/IGNITORES- Reatores para lâmpadas vapor de sódio e vapor metálico em chapa com zincagem classe B (6 dimensões). Encapsulamento em resina poliéster. Tampa fixada ao envelope por meio de parafusos, de material resistente à corrosão, possui juntas de vedação resistentes à temperatura e intempéries. Capacitor: quando necessário corrigir o fator de potência, os capacitores deverão ser de polipropileno metalizado e instalado dentro do envelope mas externamente ao enchimento de resina. Deve ser tipo descartável, de forma que facilite a sua reposição. As ligações ao circuito elétrico devem ser por meio de conectores terminais e emendas pré-isoladas, tipo descartável. Os capacitores devem ser para 250W e suportar uma elevação de temperatura de 80°C em relação à temperatura ambiente de 35°C. Ignitor: quando for necessário utilizar ignitores, os mesmos devem ser instalados de forma idêntica à dos capacitores. Grau de proteção: IP55. Tensão nominal: 220V, 60Hz. Potência: de acordo com lâmpada que irá acionar.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA- São obrigações da contratada:

Manter instalações adequadas para execução do contrato, conforme especificado.

Dirigir tecnicamente os serviços de obras, executando com rigorosa observância ao estabelecido nas instruções, bem como na forma da lei, respeitando as recomendações das Normas Técnicas Brasileiras, das Normas Técnicas da Concessionária e o Código de Obras do Município, assumindo a responsabilidade civil por qualquer erro ou imperícia.

Coordenar a execução do objeto do contrato, acatar as determinações do Município e prestar informações sempre que solicitado.

Observar com rigor as leis trabalhistas, previdenciárias e secundárias e facultar ao Município fiscalização da exata observância da legislação específica por parte da CONTRATADA.

Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos pessoais ou materiais que, em razão da execução dos serviços, venham a ser causados ao Município ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos.

Reembolsar a CPFL Piratininga quaisquer danos aos materiais, equipamentos ou ao seu patrimônio durante a execução dos serviços.

Fornecer toda a mão de obra, ferramental, equipamentos e materiais necessários à execução dos serviços.

Responsabilizar-se pelo seguro de seu pessoal, das suas instalações, edificações e todos os equipamentos e veículos que utilizar na execução do serviço.

Serão de responsabilidade da CONTRATADA todos os encargos, ônus e despesas relativas ao fornecimento, transporte, seguro e manutenção de todos os equipamentos e materiais necessários à execução dos serviços do sistema de iluminação pública.

Providenciar equipamentos de segurança individuais e coletivos necessários à segurança na execução dos trabalhos, observando as normas de Segurança do Trabalho.

Sinalizar, com equipamento adequado, conforme as normas da CPFL Piratininga e de acordo com as exigências do código nacional de trânsito, os locais onde estiverem sendo executados os serviços.

Utilizar somente pessoal comprovadamente habilitado para todos os serviços técnicos e administrativos.

Manter seus empregados identificados e uniformizados.

Identificar seus veículos através de adesivos nas laterais com dizeres: A SERVIÇO DO MUNICÍPIO DE IPERÓ.

SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Considerando que o sistema de iluminação pública está instalado em redes de distribuição de energia elétrica da concessionária CPFL Piratininga, deverá a CONTRATADA obedecer rigorosamente às normas de operação e de segurança em rede de energia elétrica.

A CONTRATADA se responsabiliza pela obtenção de autorização para entrar no sistema de distribuição da CPFL Piratininga, solicitando com devida antecedência os desligamentos, quando necessário e respeitando os prazos impostos pela concessionária.

A **CONTRATADA** se obrigam a informar á concessionária, todas as intervenções no sistema de distribuição que possam determinar mudanças no diagrama unifilar e na operação das redes de distribuição.

A **CONTRATADA** deverá elaborar relatório dos serviços realizados.

A **CONTRATADA** deverá registrar o presente contrato co CREA e encaminha ao município, copia da anotação de responsabilidade técnica, juntada à nota fiscal/fatura de serviço.

Local de Entrega do Produto: (Conforme requisição).

Iperó, xxxx, de xxxxxx, de 2015

**FELIPE DE CASTRO CAMPOS
SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO
PRESIDENTE DA CPL**

ANEXO X

PROCESSO Nº 093/2015

PREGÃO Nº 048/2015

DATA DE REALIZAÇÃO: 14/10/2015

HORÁRIO: 09:00

LOCAL: Av. Santa Cruz, nº 355 – Jd. Santa Cruz – Iperó – SP - Paço Municipal

REQUISITANTE: SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVIÇOS MUNICIPAIS.

Prazo de vigência: período de 12 (doze) meses

Local de Entrega do Produto: (Conforme Requisição)

Iperó, xxx de xxxxx de 2015.

FELIPE DE CASTRO CAMPOS
SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO
PRESIDENTE DA CPL